

**Revisão Sistemática da Literatura Nacional: A Teoria da Ação Coletiva e suas possibilidades****Elisabeth Thaiane Tercino de Araújo – [elisabethtercino@yahoo.com.br](mailto:elisabethtercino@yahoo.com.br)****Universidade Federal de Lavras****Eloisa Helena de Souza Cabral – [elocabral@uol.com.br](mailto:elocabral@uol.com.br)****Universidade Federal de Lavras****RESUMO**

Nas últimas décadas, a articulação dos indivíduos em prol de ações coletivas voltadas a um determinado fim foi bastante significativa, principalmente a partir da virada do século XXI. Dessa forma, os grupos articulados provenientes de diversos contextos, independentemente do formato que possuem, tem se fortalecido e se destacado nesse cenário. Logo, as ações coletivas ocorrem como fruto da mobilização desses grupos orientada em prol de interesses comuns. O artigo tem como objetivo precípuo identificar como se dá a discussão acadêmica acerca da Teoria da Ação Coletiva no plano nacional, considerando inclusive trabalhos os quais pertençam a outras áreas de estudo além da Administração. Portanto, aborda a temática da ação coletiva sob a perspectiva dos autores mais citados nos trabalhos analisados. A revisão sistemática da literatura nacional baseia-se na análise algumas dimensões as quais auxiliam os pesquisadores a proporem novos trabalhos a partir das lacunas expostas. Os resultados mostram o quanto esse assunto ainda é pouco trabalhado em âmbito nacional e o quanto as pesquisas seguem encaminhamento similares, principalmente em relação a abordagem, tipo de pesquisa, técnica e métodos de análise. Nesse sentido, está a nossa sugestão futura, ou seja, propor novos trabalhos acerca dessa temática com o desafio de seguir novos percursos metodológicos.

**Palavras-chave:** Teoria da Ação Coletiva; Revisão Sistemática; ação coletiva; Economia Neo-Institucionalista.

**Systematic Review of National Literature: The Theory of Collective Action and its Possibilities****ABSTRACT**

The last decades have been increasing significantly, especially since the turn of the 21st century. This study is the content, have been important to the context, there are of that context, have been fortified and destacated such scenario. Therefore, as collective actions, as the fruit of the mobilization of these groups oriented towards the common interest. The article aims to define how an academic discussion about Collective Action Theory at the national level is given, considering the inclusion of selection works from other areas of study besides Administration. Therefore, to address the issue of collective action from the perspective of the most cited authors in the works. A systematic review of the literature is sometimes based on research assistants proposing new works from the exposed gaps. The results show that knowledge is even smaller and more different than the most recent research, mainly in relation to an approach, type of research, technique and methods of analysis. In this sense, there is our future suggestion, that is, it is the case of some works related to the theme with the challenge of following new methodological paths.

**Keywords:** Theory of Collective Action; Systematic review; collective action; Neo-Institutionalist Economy.

## **INTRODUÇÃO**

Nas últimas décadas, a articulação dos indivíduos em prol de ações coletivas voltadas a um determinado fim foi bastante significativa, principalmente a partir da virada do século XXI. Dessa forma, as parcerias, bem como as cooperativas, as associações, as alianças, os sindicatos, entre outras formas de atuação coletiva, independentemente do formato, tem se fortalecido nesse cenário. Portanto, as ações coletivas ocorrem como fruto da mobilização desses grupos orientada em prol de interesses comuns.

Os estudos acerca das complexas formas de “ação coletiva” da sociedade civil na esfera pública é bastante amplo e vem sendo construído desde o início do século XX por diferentes autores e disciplinas, a exemplo da sociologia, da ciência política e até mesmo a economia. Nesse sentido, destacam-se Mancur Olson e Ellinor Ostrom como autores chave para o entendimento da ação coletiva bem como a compreendemos hoje. Nesse sentido, Olson (1999) apresenta que a ação coletiva surge a partir de interesses comuns em que indivíduos planejam uma atuação coordenada para alcançá-los. Logo, essa atuação coordenada tem origem em um reconhecimento consciente de interesses comuns (Wenningkamp; Schmidt, 2016).

Tendo em vista importância de se compreender as dinâmicas dos grupos, bem como seus desafios e falhas este artigo tem como objetivo precípua identificar como se dá a discussão acadêmica acerca da Teoria da Ação Coletiva no plano nacional, considerando inclusive trabalhos os quais pertençam a outras áreas de estudo além da Administração. Diante dos divergentes grupos que atuam coletivamente no Brasil Esse

trabalho justifica-se pois é importante e necessário mapear o campo de estudos para então propor novas discussões, mapeamentos e argumentação teórica.

Para isso, foi realizada uma revisão sistemática a partir dos levantamentos de trabalhos nas principais bases de dados nacionais: *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO) e *Scientific Periodicals Electronic Library* (SPELL). Nas buscas realizadas foram considerados artigos em todas as áreas do conhecimento, selecionando posteriormente àqueles os quais as discussões nos interessam. Além disso, nas análises foram apresentados os principais autores dessa temática, os delineamentos metodológicos desses artigos, entre outros aspectos importantes para uma análise relevante acerca da produção científica existente no Brasil sobre a Teoria da Ação Coletiva.

O presente artigo está estruturado da seguinte forma: a Introdução cujo conteúdo apresenta uma breve contextualização, a ação coletiva, o objetivo e o percurso metodológico; o Referencial o qual expõe os principais delineamentos acerca da temática; a Metodologia apresenta como se deu a Revisão Sistemática da Literatura (RSL) e o seu processo de coleta e análise dos dados; a Análise dos Resultados cujas discussões se dão acerca dos artigos selecionados; e por fim, as Considerações Finais do trabalho.

## **A TEORIA DA AÇÃO COLETIVA**

Nas últimas décadas, a articulação dos indivíduos em prol de ações coletivas voltadas a um determinado fim foi bastante significativa, principalmente a partir da virada do século XXI. Contudo, conforme alguns autores, as ações isoladas e individuais não detêm recursos suficientes e condições necessárias para atender as atuais demandas de diversos segmentos, exigindo a formação de ações coletivas entre indivíduos e organizações para a promoção de tais resultados de maneira mais eficiente (AUSTIN, 2001; MÉNARD, 2004; SANDLER, 2004; ANDION et. al., 2017). Os próprios indivíduos encontraram novas maneiras de se organizar e defender seus posicionamentos, estabelecendo grupos os quais tem enorme potencial de promoverem suas ações tanto em âmbito interno tanto em outras instancias.

Conforme apresentado por Andion et. al (2017) os estudos acerca das complexas formas de “ação coletiva” da sociedade civil na esfera pública é bastante amplo e vem

sendo construído desde o início do século XX por diferentes autores e disciplinas, a exemplo da sociologia, da ciência política e até mesmo a economia. Nesse sentido, Olson (1999) apresenta que a ação coletiva surge a partir de interesses comuns em que indivíduos planejam uma atuação coordenada para alcançá-los. Logo, essa atuação coordenada tem origem em um reconhecimento consciente de interesses comuns (Wenningkamp; Schmidt, 2016).

De acordo com Wenningkamp e Schmidt (2016), as ações coletivas podem ser compreendidas como a união de esforços de dois ou mais atores, tais como indivíduos, empresas, instituições ou nações, necessária à obtenção de um resultado. Portanto, essa ação implica na articulação dos indivíduos a partir de escolhas comuns voltadas a um determinado fim, que conseqüentemente entregue aos atores as benesses esperadas. Nesse sentido, é notório que as pessoas por diversas vezes e em contextos completamente diferentes formem grupos com o objetivo precípua de prover bens coletivos voluntariamente, tal como ocorre nos partidos políticos, nas associações filantrópicas, nos sindicatos e em diversas outras instâncias (FREIRE, 2012).

Tendo em vista as diversas variáveis que perpassam esses grupos, Ostrom (2007) ressalta que para o integrante é de suma importância saber para quem está contribuindo, uma vez que o membro tende a cooperar mais tendo o conhecimento do que vai para determinados indivíduos e/ou para um grupo como um todo. Nesse sentido, Olson (1999) considera que os pequenos grupos têm maior chance de prover um bem público desejado pelos seus membros do que grupos grandes. A explicação consiste na ideia de que os integrantes desses grupos percebem com maior clareza a relevância de sua contribuição para o provimento do bem público, enquanto os membros de grupos grandes percebem, racionalmente, que seu peso individual na consecução do bem é irrisório (Lacerda, 2011). Logo, em grandes grupos os indivíduos não sentem-se motivados o bastante para atuarem em prol do grupo, e o bem público enquanto resultado dessa mobilização pode não ocorrer.

Conforme Wenningkamp e Schmidt (2016) destacam as principais contribuições de Olson ao que tange a ação coletiva são: a racionalidade individual versus a racionalidade coletiva, o tamanho dos grupos e a constatação de *free riders* na formação dos grupos. Silva, Filho e Mathis (2014) discutem que do ponto de vista da racionalidade coletiva, o grupo todo ganharia caso houvesse cooperação do coletivo.

Porém, não é sempre que isso acontece, uma vez que os indivíduos costumam agir racionalmente medindo os custos e benefícios de suas ações coletivas em organizações ou grupos. Logo, forma-se uma relação contraditória entre uma racionalidade individual e racionalidade coletiva.

Segundo Lacerda (2011), essa lógica ditada pelo interesse individual ocorre em virtude do caráter não-exclusivo do bem, uma vez que os chamados *free riders* ou “caroneiros” podem supor que se beneficiarão, de todo modo, no caso de provimento do bem, ainda que não contribuam para a ação coletiva pertinente. Para Olson (1999) os caroneiros são indivíduos que não cooperam, mas que usufruem do benefício coletivo. Nesse sentido, é mais provável a existência de *free riders* em grandes grupos, uma vez que é mais difícil de visualizar os caroneiros, o que favorece a sua proliferação (WENNINGKAMP, SCHMIDT, 2016; LACERDA, 2011; OLSON, 1999; BUENO, 2006; WENNINGKAMP, SCHMIDT, CIELO, SANCHES, 2017).

Ostrom (2007) contribui nesse sentido ao citar que tendo em vista as ações dos indivíduos orientadas para a maximização de benefícios de curto prazo para si mesmo, espera-se a ação das pessoas impliquem em resultados mais baixos de forma conjunta do que realmente poderiam gerar. Logo, observa-se que o grupo somente agirá em favor dos interesses comuns caso haja coerção, ou, ainda, algum incentivo além da realização do objetivo para que então ajudem a arcar com os custos do ônus envolvido no alcance dos objetivos grupais (OLSON, 1999; WENNINGKAMP, SCHMIDT, 2016;).

Tendo em vista os encaminhamentos de Ostrom e Olson em relação à Teoria da Ação Coletiva, destaca-se que embora as ações coletivas impliquem em diversos benefícios e ganhos para um dado grupo, elas também apresentam dificuldades, desafios, falhas e riscos (GRANOVETTER, 193; OSTROM, 1990; OLSON, 1999).

## **METODOLOGIA**

Este artigo tem como objetivo precípuo identificar como se dá a discussão acadêmica acerca da Teoria da Ação Coletiva no plano nacional, considerando inclusive trabalhos os quais pertençam a outras áreas de estudo além da Administração. Tendo em vista esse objetivo, nas buscas realizadas foram considerados artigos em todas as áreas do conhecimento, selecionando posteriormente àqueles os quais as discussões nos interessam. A metodologia adotada foi a Revisão Sistemática da Literatura (RSL)

mediante o levantamento dos artigos publicados nas principais bases de dados no plano nacional, sendo elas: : *Scientific Eletronic Library Online* (SCIELO) e *Scientific Periodicals Electronic Library* (SPELL). Entre as principais características da revisão sistemática estão: fontes de busca abrangentes, seleção dos estudos primários sob critérios aplicados uniformemente e avaliação criteriosa da amostra (LOPES, FRACOLLI, 2008). Por isso, ressalta-se a relevância dessa proposta para o presente estudo, uma vez que a partir das análises evidenciam-se apontamentos importantes acerca do tema, além de surgir novas possibilidades de estudos.

Inicialmente, as palavras utilizadas na busca foram “Theory of Collective Action” na base de dados SCIELO, estando estas presentes em todos os índices, chegando ao número de 167 artigos. Na primeira etapa de exclusão, foram usados como filtros: artigos (160), artigos de revisão (1) e relato de caso (1). Em um segundo momento foram selecionados os trabalhos citáveis (162) e cujas coleções eram brasileiras (77). A partir desses critérios todos os resumos foram lidos, chegando portando a 36 artigos publicados os quais tem a ver com o interesse de pesquisa. Utilizando as palavras-chave Teoria da Ação Coletiva, e seguindo os mesmos critérios de exclusão foi possível chegar aos mesmos artigos.

A partir das palavras “Theory of Collective Action” utilizadas na busca em resumos na Spell, foi possível obter 17 artigos. A partir do levantamento realizado na base de dados Spell e dos interesses de pesquisa, foram selecionados apenas 3 artigos. Nessa busca todos os trabalhos tiveram seus resumos revisados, a fim de selecionar aqueles os quais correspondem ao interesse de pesquisa. Assim como ocorreu na busca na base Scielo, ao utilizar o termo “Teoria da Ação Coletiva” foram obtidos os mesmos resultados.

A partir da leitura minuciosa dos 36 artigos obtidos inicialmente, foram selecionados apenas aqueles que discutem e/ou apresentam a Teoria da Ação Coletiva, mesmo que esta não seja seu principal referencial teórico. Além desse aspecto, foram excluídos aqueles trabalhos cujo referencial teórico nada tem a ver com a teoria da ação coletiva bem como àqueles os quais possuem outros países como objeto de estudo. Portanto, para esta revisão trabalhamos apenas com 12 trabalhos obtidos a partir da base de dados Scielo. No caso dos artigos obtidos a partir da base Spell, os 3 foram trabalhados nesse estudo, em função das mesmas ocorrências na outra base de dados.

Portanto, esta pesquisa referenciou-se em 15 artigos. Ressalta-se que não houve recorte temporal durante a seleção dos trabalhos nas bases de dados.

É válido ressaltar que foram usadas apenas essas palavras-chave, tendo em vista que a combinação de palavras “ação coletiva”, “ação” e/ou “coletiva” abrange discussões as quais não são relevantes para o presente trabalho. Através dos termos utilizados para o levantamento foi possível confirmar essa decisão, uma vez que as discussões envolviam não a Teoria da Ação Coletiva em si, mas tudo aquilo que se relaciona e é denominado como ação coletiva. Portanto, destaca-se que o enfoque dessa pesquisa é principalmente ao que tange a Teoria da Ação Coletiva e os recortes analíticos para as discussões.

Conforme explicitado anteriormente, foram analisados os artigos publicados em periódicos nacionais de diversas áreas do conhecimento, logo considera-se importante apresentar os periódicos os quais há publicações acerca do tema. Portanto, são estes os periódicos: Revista Organizações Rurais & Agroindustriais, Ciência & Saúde Coletiva, Revista de Administração Pública (RAP), Revista Organizações & Sociedade (O&S), Revista Sociologia Política, Revista Opinião Pública, Revista Brasileira de Ciências Sociais, Revista Brasileira de Ciências Sociais, Revista Estudos Econômicos, Revista Lua Nova, Revista de Ciências Sociais, Caderno CRH, Revista Desenvolvimento em Questão, Revista Capital Científico.

A partir da busca feita nas bases SCIELO e SPELL encontrou-se apenas 15 artigos sobre a Teoria da Ação Coletiva, o que explicita a carência de trabalhos em âmbito nacional os quais abordem o assunto nas pesquisas acadêmicas, principalmente nas áreas de Administração e Administração Pública. A Tabela 1 descreve os periódicos em relação ao ano de publicação dos artigos, bem como a base em que foram obtidos.

**Tabela 1**

**Periódicos, número de artigos publicados por ano e a base de dados**

<b>Periódicos</b>	<b>Artigos publicados</b>	<b>Ano</b>	<b>Base de Dados</b>
Revista Organizações Rurais & Agroindustriais	1	2015	Spell
Ciência & Saúde Coletiva	1	2014	Scielo
(RAP)	1	2017	Scielo



(O&S)	1	2011	Scielo
Revista Sociologia Política	1	2009	Scielo
Revista Opinião Pública	1	2014	Scielo
Revista Brasileira de Ciências Sociais	1	2017	Scielo
Revista Estudos Econômicos	2	2006 / 2007	Scielo
Revista Lua Nova duas	2	2006/2003	Scielo
Revista de Ciências Sociais	1	2005	Scielo
Caderno CRH	1	2011	Scielo
Revista Desenvolvimento em Questão	1	2016	Spell
Revista Capital Científico	1	2017	Spell

Fonte: Elaborado pelos autores

Foi notório o baixo número de artigos publicados sobre o tema, no entanto foi interessante observar que a Teoria da Ação Coletiva foi explorada por áreas do conhecimento bastante distintas da área de Administração. Diante do reduzido número de trabalhos coletados, o intuito das análises foi demonstrar alguns aspectos relevantes das pesquisas científicas sobre o tem, apresentar a diversidade de temas e objetos relacionados à Teoria em questão, bem como explicitar as possibilidades de trabalho com esse tema.

É importante ressaltar que foram considerados os artigos que abordam diretamente a Teoria da Ação Coletiva e/ou a relaciona com outras teorias. Logo, foram excluídos os artigos que só citavam a ação coletiva sem discorrer sobre suas características, especificidades e demais considerações relevantes para este trabalho. Portanto, todos os artigos selecionados enfatizavam a ação coletiva relacionando-a com contextos específicos e com outras teorias que conversam com essa perspectiva.

Depois do processo de coleta e seleção dos artigos, foram identificados os aspectos a serem analisados a fim de entender melhor como vêm sendo tratados os estudos sobre a temática em questão. Nesse sentido, buscou-se identificar a abordagem metodológica adotada pelos artigos, tipos de pesquisa, os métodos de coleta e de análise dos dados, os autores que mais produzem na área, as referências mais indicadas,

baseadas na observação das referências indicadas no fim desses artigos e ao longo dos textos e os assuntos mais explorados apontados pelos autores.

## ANÁLISE DOS RESULTADOS

Ao que tange a parte metodológica dos artigos selecionados, inicialmente estes foram analisados atentando-se a sua abordagem. A partir dessa observação foi possível notar uma discrepância significativa entre o número de trabalhos que adotaram a abordagem quantitativa e a qualitativa. Destaca-se que os 15 artigos selecionados, foram publicados entre 2003 e 2017. Em suma, a maioria dos artigos dos periódicos possui cunho qualitativo (12 artigos), limitando-se apenas 2 artigos quanti. É interessante observar que apenas 1 estudo adotou a forma mista (quanti-quali ou quali-quanti) para discussão acerca da temática.

**Tabela 2**

### Abordagem dos artigos

Periódicos	Abordagem	Ano
Revista Organizações Rurais & Agroindustriais	Quantitativo	2015
Ciência & Saúde Coletiva	Qualitativo	2014
(RAP)	Qualitativo	2017
(O&S)	Qualitativo	2011
Revista Sociologia Política	Qualitativo	2009
Revista Opinião Pública	Quantitativo	2014
Revista Brasileira de Ciências Sociais	Quanti/Quali	2017
Revista Estudos Econômicos	Qualitativo	2006
Revista Estudos Econômicos	Qualitativo	2007
Revista Lua Nova	Qualitativo	2006
Revista Lua Nova	Qualitativo	2003
Revista de Ciências Sociais	Qualitativo	2005
Caderno CRH	Qualitativo	2011
Revista Desenvolvimento em Questão	Qualitativo	2016
Revista Capital Científico	Qualitativo	2017

Fonte: Elaborada pelas autoras

Desse modo, ao que tange o tipo de pesquisa, foi possível observar claramente que a maioria dos estudos é de cunho descritivo e todos com abordagem qualitativa. Constatou-se que não houveram trabalhos os quais adotassem dois tipos de pesquisa ou que fossem explicativa. Um dos artigos com abordagem quanti utilizou o tipo de pesquisa descritivo e o outro o caminho exploratório. O artigo com abordagem mista adotou pelo tipo de pesquisa descritiva.

Em um segundo momento, quanto à técnica de coleta de dados, notou-se que muitos dos artigos selecionados utilizam das entrevistas e do levantamento documental para obtenção dos dados. Isso se deu, sobretudo pelo caráter qualitativo de quase todos os trabalhos analisados. Além disso, foram utilizados questionário, observações participantes e não participantes como coleta. Entretanto, muitos trabalhos não explicitaram quais foram as técnicas utilizadas (9 artigos), comprometendo o rigor metodológico da pesquisa. Constatou-se que 3 trabalhos utilizaram 3 técnicas diferentes, sendo elas entrevistas, questionários, análise documental, observações. Os demais trabalhos (3 artigos) utilizaram apenas uma técnica, no caso entrevistas, levantamento em base de dados ou questionários.

Em relação ao método de análise dos dados, observou-se que 3 artigos adotaram a análise de conteúdo para obtenção de dados, sendo todos qualitativos. Atentamo-nos ao fato que em 7 artigos em que não se evidenciou qual foi a técnica de coleta, não ficou evidente qual foi o método utilizado para analisar os dados obtidos. Dois trabalhos que se classificam como discussão teórico-analítica não explicitando quais foram seus métodos de análise. Observou-se que dois trabalhos quantitativos utilizaram como método de análise recursos estatísticos para obtenção de resultados, utilizando inclusive o software SPSS. Todavia, o único trabalho de abordagem mista explicitou que utilizou como métodos de análise, tanto o SPSS quanto a análise de conteúdo.

É importante ressaltar que a não identificação do tipo de pesquisa, técnica de coleta e do método de análise, expõem uma falta de rigor metodológico por parte dos autores tendo em vista a importância da transparência quanto à utilização de técnicas e métodos de análise. Nesse sentido, é de suma importância que os periódicos atentem a esses critérios uma vez que o rigor, a clareza e a coesão dos procedimentos metodológicos são cruciais para o desenvolvimento da pesquisa científica.

A partir das análises foi possível perceber que diversos autores discutem a Ação Coletiva utilizando-se de outras teorias, logo, não utilizaram essa temática preponderantemente. No entanto, foram identificados que apenas três autores tiveram mais de um artigo analisados nesta revisão, sendo eles: Keila Raquel Wenningkamp, Carla Maria Schmidt e Newton Paulo Bueno. Ambas possuem a ação coletiva como uma de suas áreas de interesse, sendo que Keila possui formação em Secretariado Executivo e Agronegócio, e Carla formação na área da Administração. Já Newton Paulo Bueno possui formação nas áreas de Administração e Economia, e possui como área de interesse a nova economia institucional. É notório e interessante constatar que essa temática pode ser abordada sob diversas perspectivas, o que justifica a pluralidade dos contextos estudados nos artigos e os diversos recortes de análises dos autores sob à luz dessa teoria.

Para essa revisão é de suma importância averiguar os autores mais mencionados pelos pesquisadores, por diversos motivos, destacando-se: observar qual a abordagem da teoria é mais discutida em âmbito nacional; perceber e ressaltar os autores mais utilizados nessa temática; estabelecer um referencial relevante a partir dessas observações, seja a partir das lacunas teóricas e/ou pela identificação com tais perspectivas, dentre outros. Nesse sentido, é necessário comentar que existem diversas perspectivas de análise acerca da Ação Coletiva, conforme evidenciado por Andion, Ronconi, Moraes, Gonsalves e Serafim (2017), no entanto com essa revisão foi possível perceber que os autores mais citados estão Olson, Ostrom, Habermas, Tilly, Moe, Offe, Granovetter.

Mancur Olson foi citado em todos os artigos, seguidos por Elinor Ostrom (7 artigos). Os autores Habermas, Tilly, Moe, Offe, Granovetter aparecem cada um deles em um artigo, mas cujo arcabouço teórico estava diretamente relacionado ao de Olson e/ou Ostrom. Portanto, destaca-se como principais autores da Teoria da Ação Coletiva Mancur Olson e Elinor Ostrom, ambos de origem norte-americana.

Com o intuito de quantificar as referências dos artigos analisados observou-se que os trabalhos utilizados acerca da ação coletiva especificamente, limitam-se a apenas 19 obras, sendo estas dos autores destacados anteriormente. Esse apontamento confirma o que foi apresentado, principalmente ao que tange a ação coletiva sob uma perspectiva secundária nos trabalhos analisados. Além disso, destaca-se que as obras utilizadas

foram praticamente as mesmas, principalmente as de Olson e Ostrom, produzidas há no mínimo 18 anos atrás.

Na Tabela 6, são apresentados os temas que foram discutidos nos artigos analisados, a fim de explicitar as diversas possibilidades de análise a partir da teoria da ação coletiva.

**Tabela 3**  
**Temas explorados nos artigos**

<b>Quantidade de artigos</b>	<b>Temas</b>
1	Associações Agrícolas
1	Conselhos Municipais de Saúde
1	Inovação Social
1	Movimentos Sociais
1	Teoria Minimalista de Schumpeter
1	Democracia
1	Capital Social
3	Economia Neo-Institucionalista
1	Economia e o Empresariado
4	Ação Coletiva
1	Concessões

Fonte: Elaborada pelas autoras

Os temas expostos anteriormente representam a pluralidade de áreas as quais a ação coletiva pode se estudada. Destaca-se que apenas 4 trabalhos exploraram a temática de maneira aprofundada, uma vez que os objetos de estudo foram analisados baseados somente na Teoria da Ação Coletiva e nas categorias de análise dos autores seminais. Os 3 trabalhos a relacionam com o neo-institucionalismo, pois o compreendem como resultante da combinação da economia dos custos de transação e da teoria da ação coletiva. Os demais temas foram explorados nos artigos, mesclados com outro arcabouço teórico além da TAC.

Portanto, diante dos resultados e discussões acerca da teoria da Ação Coletiva é notório que essa temática pode ser utilizada sob diversos caminhos não só no sentido analítico, mas também metodológicos. Este é um tema que requer aprofundamentos e

delineamentos, principalmente no cenário nacional uma vez que as produções mais relevantes utilizadas nos trabalhos são internacionais.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esta revisão propõem-se a analisar os trabalhos publicados acerca da temática no contexto brasileiro e com isso contribuir para a elucidação do tema, bem como com a apresentação das possibilidades de trabalho acerca da ação coletiva. Desse modo, a partir dos resultados foi possível visualizar que as abordagens dos artigos são principalmente de cunho qualitativo e descritivo. Os três trabalhos quantitativos utilizaram inclusive de recursos de softwares estatísticos e/ou análise de conteúdos como métodos de análise.

É importante e necessário que os estudos acerca da ação coletiva sejam ampliados e estudados em profundidade com o intuito não só de desenvolver a teoria a partir de uma perspectiva local, mas de também compreender melhor os contextos tão diversos em um país como o Brasil. Diante dos poucos autores utilizados como referencial base acerca da temática, foram citados com maior frequência Olson, Ostrom, Habermas, Tilly, Offe, Granovetter. Destaca-se que todos estes são trabalhos produzidos internacionalmente.

Em relação a esse aspecto, é sugerido que em estudos futuros sejam realizados uma revisão em bases de dados internacionais a fim de saber de que maneira a teoria da ação coletiva é discutida e explorada. Vale ressaltar que é bastante discutido a questão das ações coletivas, no entanto ao fazer as buscas nas bases Scielo e Spell observou-se que poucos os trabalhos que as observam sob a perspectiva da própria teoria de ação coletiva. Nesse sentido, ressaltasse a ausência de trabalhos principalmente ao que cerne as ações coletivas no contexto organizacional. É sabido que nas organizações as ações coletivas são as principais norteadoras de mudanças, transições, adaptações dentre outros aspectos, logo, chama-se atenção para essa lacuna na acadêmica.

As ações coletivas sempre estiveram presentes na sociedade brasileira, todavia a partir de meados dos anos 70 esses movimento ganharam maior notoriedade no país. Portanto, em um ambiente de mudanças e complexidades como as sociedades atuais, é crucial que a articulação dos indivíduos sejam estudadas até mesmo para ressaltar especificidades de determinados grupos, incoerências, observações importantes dentre

tantos outros aspetos que possam contribuir com o arcabouço teórico existente. Por fim, espera-se que este trabalho desperte o interesse dos pesquisadores acerca da temática e possibilite uma ampliação das perspectivas simplistas sobre o assunto, contribuindo, assim, para o desenvolvimento da teoria e maior compreensão acerca dos grupos que se dispõem a executar ações voltadas a coletividade.

## REFERÊNCIAS

- Andion, C., Ronconi, L., Moraes, R. L., Gonsalves, A. K. R., & Serafim, L. B. D. (2017). Sociedade civil e inovação social na esfera pública: uma perspectiva pragmatista. *Revista de Administração Pública*, 51(3), 369-387. <https://dx.doi.org/10.1590/0034-7612143195>
- Andrews, C. W. (2005). Implicações teóricas do novo institucionalismo: uma abordagem Habermasiana. *Dados*, 48(2), 271-299. <https://dx.doi.org/10.1590/S0011-52582005000200002>
- Austin, J. E. (2001). *Parcerias*. São Paulo: Futura.
- Bueno, N. P. (2006). A crise política do final da era Vargas: uma interpretação sob a ótica da economia política neo-institucionalista. *Estudos Econômicos*, 36(1), 181-199. <https://dx.doi.org/10.1590/S0101-41612006000100008>
- Bueno, N. P. (2007). A Revolução de 1930: uma sugestão de interpretação baseada na Nova Economia Institucional. *Estudos Econômicos*, 37(2), 435-455. <https://dx.doi.org/10.1590/S0101-41612007000200008>
- Castro, L. T., Neves, M. F., Scare, R. F. (2015). Eficiência de Representação das Associações de Produtores de cana-de-açúcar no Brasil. *Revista Organizações Rurais & Agroindustriais*. v. 17, n. 3, 383-397.
- Farias Filho, M. C., Silva, A. N., & Mathis, A. (2014). Os limites da ação coletiva nos Conselhos Municipais de Saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 19(6), 1911-1919. <https://dx.doi.org/10.1590/1413-81232014196.08062013>
- Freire, A. (2014). Engajamento cívico e capital social: um modelo interativo para o efeito da confiança interpessoal. *Opinião Pública*, 20(2), 273-290. <https://dx.doi.org/10.1590/1807-01912014202273>

- Granovetter, M. (1973). The strength of the weak ties. *American Journal of Sociology*. v. 78, n. 6, p. 1360-1380. Retrieved from <https://www.cs.cmu.edu/~jure/pub/papers/granovetter73ties.pdf>
- Lacerda, A. D. F. de. (2011). Ação coletiva e cooperação intermunicipal em duas metrópoles. *Cad. CRH [online]*. vol.24, n.61, 153-166. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792011000100011>.
- Lopes, A. L. M., & Fracolli, L. A. (2008). Revisão sistemática de literatura e metassíntese qualitativa: considerações sobre sua aplicação na pesquisa em enfermagem. *Texto & Contexto - Enfermagem*, 17(4), 771-778. <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-07072008000400020>
- Losekann, C., & Bissoli, L.D. (2017). Direito, Mobilização social e Mudança Institucional. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 32(94). <https://dx.doi.org/10.17666/329403/2017>
- Mancuso, W. P., & Oliveira, A. J. de. (2006). Abertura econômica, empresariado e política: os planos doméstico e internacional. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, (69), 147-172. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-64452006000400007>
- Mancuso, W. P. (2003). Construindo leis: os construtores e as concessões de serviços. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, (58), 61-87. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-64452003000100005>
- Ménard, C.; Klein, P. G. (2004). Organizational issues in the agrifood sector: toward a comparative approach. *American Journal of Agricultural Economics*, *Oxford University Press*, v. 86, n. 3, 750-755. Retrieved from <https://academic.oup.com/ajae/article-abstract/86/3/750/62784?redirectedFrom=fulltext>
- Neto, R. B. G. (2011). Minimalismo Schumpeteriano, Teoria Económica da Democracia e Escolha Racional. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 19, n. 38, 27-42.
- Olson, M. (1999). *A lógica da ação coletiva: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo
- Ostrom, E. (2007). *Collective Action and Local Development Processes*. Sociologica, Bologna, v. 3.
- Ostrom, E. (1990). *Governing the commons: the evolution of institutions for collective action*. EUA: Cambridge University Press.



- Rosa, A. R., & Mendonça, P. (2011). Movimentos sociais e análise organizacional: explorando possibilidades a partir da teoria de frames e a de oportunidades políticas. *Organizações & Sociedade*, 18(59), 643-660. <https://dx.doi.org/10.1590/S1984-92302011000400005>
- Wenningkamp, K., & Schmidt, C. (2016). Teorias da Ação Coletiva no Campo do Agronegócio: Uma Análise a Partir de Teses e Dissertações (1998-2012). *Desenvolvimento Em Questão*, 14(35), 307-343. <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2016.35.307-343>
- Wenningkamp, K.R. Schmidt, C. M., Cielo, I. D., Sanches, F. C. (2017). A Associação Brasileira de Pesquisa em Secretariado (ABPSEC) à luz da Teoria da Ação Coletiva. *Revista Capital Científico*. v. 15, n.2. <https://doi.org/10.5935/2177-4153.20170014>